Portugal perante as Comunidades Europeias

Pires de Miranda*

1. A opção europeia de Portugal agora posta em destaque pela adesão às Comunidades, representa, antes de mais, um acto político. Trata-se, de facto, da opção por um modelo de organização não apenas da economia mas, também, da sociedade e do Estado, onde prevalecem os valores da liberdade, do respeito pelos direitos humanos e da democracia representativa.

São estes valores que pautam a política externa portuguesa, na defesa que lhes cabe dos interesses nacionais. Por isso a integração nas Comunidades Europeias não pode ser desligada do conjunto dessa política externa, do sentido global que ela manifesta e das outras grandes vertentes em que se concretiza. É o caso, nomeadamente, da participação activa na Aliança Atlântica, organização que Portugal considera ser suporte essencial, no plano de defesa e segurança, dos ideais das sociedades livres e democráticas.

A adesão às Comunidades Europeias e a participação construtiva e empenhada de Portugal na edificação de uma Europa mais integrada em todos os planos articulam-se, por outro lado, com o reforço da identidade e da soberania nacionais. Nação aberta ao mundo, com oito séculos de história de que nos orgulhamos, Portugal volta-se agora mais decididamente para o continente europeu – encerrado que está aquilo que se tem designado por «ciclo do Império» – e na Europa vai promover activamente os seus interesses culturais, económicos e políticos.

Na verdade, a harmonização gradual das políticas nacionais dos Estados membros das Comunidades Europeias e a conjugação progressiva dos interesses das pátrias que as compõem devem avançar no respeito e até na crescente valorização das diferenças que fazem a riqueza incomparável da civilização europeia. Daí que a identidade nacional portuguesa possa e deva sair reforçada da integração plena nas Comunidades agora iniciada. Do mesmo modo, a participação do País nesta grande organização multilateral permitirá, se convenientemente gerida, reforçar também a independência nacional. No mundo de cada vez maiores interdependências de várias ordens em que vivemos, a real autonomia dos países que não são grandes potências defende-se melhor num quadro multilateral institucionalizado, como é o caso da Europa comunitária, do

* Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal

que no plano meramente bilateral, onde a relação de forças é, em regra, menos favorável.

2. Sendo uma opção política, a integração nas Comunidades Europeias tem, evidentemente, um importantíssimo conteúdo económico.

E foi na área da economia que se desenvolveram os antecedentes da adesão, em boa parte porque a natureza do regime político português anterior a 1974 era incompatível com a plena participação nas Comunidades Europeias, onde apenas cabem Estados democráticos.

No decurso da guerra mundial de 39/45 a indústria portuguesa ensaiou os seus primeiros passos significativos, nessa altura substituindo algumas importações que o conflito impossibilitara. Terminada a guerra, prosseguiu a industrialização voltada para o mercado interno e protegida do exterior por barreiras alfandegárias.

Mas cedo se tornou claro que, dada a estreiteza do mercado português, uma industrialização baseada na substituição de importações não iria longe: era necessário passar a um desenvolvimento industrial dinamizado pela expansão das exportações.

Daí a conveniência de uma abertura da economia portuguesa ao exterior, que no plano comercial teve expressão significativa com a participação na EFTA, de que Portugal foi membro fundador. E durante o quarto de século em que esteve na EFTA, Portugal logrou orientar várias indústrias (têxteis, sobretudo) para os mercados dos países membros da Associação. Através da EFTA, a indústria portuguesa voltou-se para a Europa e habituou-se à competição internacional (diferentemente do que aconteceu com a agricultura), tanto mais que, a partir do princípio de 1973, os acordos de comércio livre para artigos industriais subscritos pelos países da EFTA e pela CEE alargaram a liberalização das trocas no mercado europeu.

Paralelamente, aliás, a esta abertura comercial ao exterior no campo da indústria, outras manifestações no mesmo sentido se registaram no País, em particular nos anos 60 – desde o grande surto de emigração para a Europa mais desenvolvida (França, sobretudo) até à expansão do sector turístico, passando pela liberalização do regime do investimento estrangeiro.

Graças à institucionalização da democracia em Portugal, após o período revolucionário de 74/75, foi possível conduzir essa abertura ao exterior para a sua expressão plena: a adesão às Comunidades Europeias, agora concretizada.

3. No plano económico, a adesão representa certamente um desafio histórico, dada a disparidade de nível de desenvolvimento entre Portugal e a generalidade dos outros membros da CEE. É uma oportunidade única para Portugal avançar no sentido da modernização. Paralelamente, a perspectiva de uma aguerrida concorrência por parte das produções originárias do único vizinho de Portugal – a Espanha – bem como o grande atraso da agricultura portuguesa frente à europeia constitui motivo para o Governo dar particular atenção a esses problemas.

O Governo está apostado em conseguir uma harmoniosa integração do País nas Comunidades, para o que conta com a compreensão das instituições comunitárias e dos outros Estados membros, incluindo a Espanha, para os problemas específicos postos pela economia portuguesa. Assim, e sem nunca trair o espírito dos acordos firmados com os «Dez» e com Espanha, é firme intenção do Governo defender com vigor os interesses portugueses no contexto da aplicação das medidas transitórias negociadas procedendo aos ajustamentos convenientes para fazer da integração um êxito.

Por outras palavras, Portugal vai participar activamente na construção de uma Europa mais unida e, por isso, mais capaz de adquirir um efectivo peso no concerto político internacional – mas exige, em contrapartida, uma efectiva solidariedade por parte dos seus parceiros europeus mais ricos. Tal terá de manifestar-se, antes de mais, numa transferência de recursos para Portugal superior às contribuições portuguesas para a CEE. O Governo jamais poderia aceitar, na verdade, que o País financiasse economias mais desenvolvidas.

O essencial, porém, está em que a entrada nas Comunidades representa uma ocasião histórica para que a economia e a sociedade portuguesa dêem um salto qualitativo na aproximação aos índices europeus. Eis o que, não podendo concretizar-se sem o empenhamento decidido e inteligente das instituições comunitárias e dos outros Estados membros, irá depender fundamentalmente de nós, portugueses, da nossa capacidade de trabalho, de organização e de confiança no futuro.

De qualquer forma, parece claro que – sendo a Europa comunitária o parceiro económico natural do nosso País: antes da adesão já vendíamos à CEE quase 60% das nossas exportações – o interesse nacional é bem melhor defendido fazendo Portugal parte desse bloco do que ficando de fora, e tendo por isso de sofrer inevitáveis discriminações bem como as consequências de decisões comunitárias que, nesse caso, não teríamos possibilidade de influenciar.

A Europa para cujo fortalecimento pretendemos contribuir, a partir de agora de forma

mais activa, deverá ser uma Europa comunitária capaz de falar com uma só voz na cena internacional e assim susceptível de ganhar maior credibilidade no diálogo com as superpotências. Tal não poderá implicar, todavia, qualquer cedência a eventuais tentações neutralistas que visassem transformar as Comunidades Europeias num espaço equidistante dos Estados Unidos e da União Soviética; pelo contrário, e tal como inicialmente acentuei, a opção europeia de Portugal aponta para um projecto democrático de organização livre e pluralista da economia, da sociedade e do Estado, ou seja, para um núcleo de valores que inspiram também os Estados Unidos – aliás por virtude da emigração europeia que há mais de duzentos anos deu origem à nação norte-americana.

A Europa comunitária não pode, de resto, subalternizar os problemas de segurança, colocando-se na posição cómoda, mas contraditória, de responsabilizar terceiros pela sua defesa, pretendendo simultaneamente tomar posições políticas autónomas. A construção da Europa tem de fazer-se no quadro da Aliança Atlântica fortalecendo o outro grande pilar desta organização defensiva e partilhando as responsabilidades inerentes.

Os particulares laços que Portugal mantém com os países africanos de língua oficial portuguesa, bem como com o Brasil e ainda com outros países da América Latina, África e Ásia, representarão certamente um contributo importante para a Europa comunitária, abrindo-a mais para a problemática própria do mundo em vias de desenvolvimento. É esta a melhor maneira de tornarmos útil às Comunidades Europeias e a nós mesmos o extraordinário património histórico que foi acumulado ao longo de séculos pela gesta portuguesa em todos os continentes do globo, e que agora importa valorizar em termos modernos.